

Artigos**Projeto ATOEPE: gênese e estágio atual dos estudos sobre a toponímia pernambucana****ATOEPE Project: first steps and current stage of studies on Pernambuco toponym***Edmilson José de Sá**

RESUMO: Os estudos sobre Toponímia no Estado de Pernambuco são escassos, a despeito de poucas dissertações e trabalhos monográficos isolados. Por esse motivo, aliado à literatura específica e inspirado em pesquisas já concluídas, este artigo visa à apresentação de um projeto para documentação e cartografia dos topônimos pernambucanos, de modo a identificar, descrever e analisar as peculiaridades dos nomes dos municípios. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos encontrados em Dick (1989; 1994), que defende um modelo de classificação toponímica composto por taxes de natureza física e antropocultural, foram construídas até o momento 10 cartogramas que organizaram os topônimos com a mesma motivação. Percebeu-se, ao fim da análise, que a maioria dos nomes dos municípios se enquadra no grupo dos fitotopônimos, ou seja, aludem à dimensão de nomes referentes a vegetais.

ABSTRACT: Studies on Toponymy in the State of Pernambuco are scarce, despite few dissertations and isolated monographic works. For this reason, combined with specific literature and inspired by research already completed, this article aims to present a project for documentation and cartography of the toponyms of Pernambuco, in order to identify, describe and analyze the peculiarities of the town names. Based on the theoretical-methodological assumptions found in Dick (1989; 1994), who defends a toponymic classification model composed of physical and antropocultural taxes, ten cartograms that organized toponyms with the same motivation have been built so far. It was noticed, by the end of the analysis, that most of the towns names belongs to the group of phytotoponyms, that is to say, they allude to the dimension of names referring to plants.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico. Toponímia. Pernambuco. Cartografia

KEYWORDS: Lexicon. Toponymy. Pernambuco. Cartography.

* Doutor de Letras (UFPB); Pós-doutor em Letras (UFPA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1615-881X>. edjm70@gmail.com

1 Introdução

No complexo mundo da palavra, de que fazem parte as vicissitudes históricas e idiosincrasias permitidas pela língua, os estudos que envolvem a lexicologia estão cada vez mais em evidência. Por isso, considerando que Pernambuco ainda engatinha estudos que envolvem a descrição linguística, limitando-se, em sua grande maioria, a análises sobre o falar da capital do estado, a ideia de explorar as interferências migratórias e o contato linguístico entre moradores desde o início de sua história nos nomes dos municípios vem em boa hora. Assim, o caráter topodinâmico a que Thun (1996) se refere se enquadra nas dimensões da colonização europeia e das influências anglo-indígenas que contribuíram sobremaneira para a formação do povo pernambucano, o que *per se* condiciona o pesquisador a se inserir na pesquisa dialetológica.

Com esse propósito, a ideia de construir o primeiro atlas toponímico do Estado de Pernambuco adveio da intenção de organizar cartograficamente as homenagens dos colonizadores e fundadores dos municípios em classificações que amalgamam a simbologia antropocultural e também cristalizam ideologias que se constituem de percepções baseadas em questões das ciências da natureza.

Inspirado no *Atlas Hodonímico de Tupanatinga - PE*, construído por França (2010), então trabalho pioneiro no grupo das descrições toponímicas do Estado, este artigo visa à apresentação de um projeto maior, envolvendo os nomes de todos os municípios, cartografando-os e analisando-os à luz dos pressupostos metodológicos da Geolinguística e da Toponímia.

Para estruturar o artigo, *in limine* será apresentado um panorama sobre léxico, onomasiologia e toponímia, tentando criar uma ponte que envolva a tríade responsável por explorar sentidos dos nomes dos municípios. Em seguida, uma seção se encarrega de mostrar aspectos históricos de Pernambuco, enleando-os na própria história do país, por se tratar de um dos Estados mais antigos.

Na iminência de construir *a posteriori* o primeiro atlas toponímico de Pernambuco, serão descritos os estudos já realizados acerca da toponímia pernambucana até chegar aos pressupostos metodológicos inerentes ao atlas proposto. Em seguida, será feita uma análise preliminar com base nos cartogramas-base que inseriram os municípios em grupos de taxionomias de modo a favorecer a reflexão sobre os vieses linguístico e enciclopédico responsáveis pela estrutura e formação do topônimo, antes de serem emitidas as considerações finais.

2 Léxico, onomasiologia e toponímia

A partir da referência de Barbosa (1993, p. 158), que vê a língua, a sociedade e a cultura como “termos indissociáveis, já que interagem continuamente e constituem, na verdade, um único processo complexo”, entende-se como contextos socioculturais podem ser responsáveis pela heterogeneidade linguística, muitas vezes difícil de ser entendida.

Além disso, questões ideológicas, valores éticos, morais e culturais podem se manifestar na fala espontânea através do léxico presente na memória do falante. Assim, para Dubois *et al.* (2007), o léxico na linguística designa:

[...] o conjunto das unidades que formam a língua de uma comunidade, de uma atividade humana, de um locutor, e de tantos sujeitos partícipes. Por essa razão, o léxico entra em diversos sistemas de oposição, conforme o modo pelo qual é considerado o conceito.

Essas questões, então, quase sempre deixam transparecer as tradições de que cada comunidade participa, o que se justifica pelas intensas relações étnicas existentes há muito tempo.

Biderman (2001) defende que dentre os níveis da língua, o léxico é um dos mais afetados por influências externas, tendo em vista que, como o tesouro vocabular de uma língua, ele perpetua a herança cultural de uma sociedade por meio dos signos

verbais, sintetizando aspectos da vida, dos valores e das crenças de uma comunidade social.

No dizer de Aragão (2013, p. 98), é através do léxico que se reflete 'toda a visão de mundo, a ideologia, os sistemas de valores e as práticas socioculturais das comunidades humanas'. Logo, ao usá-lo, o falante permite expressar suas ideias, as de sua geração, as da comunidade a que pertence, enfim ele a usa a língua como retrato de seu tempo, atuando, inclusive como agente modificador e imprimindo marcas geradas pelas novas situações com que se depara. Nesse sentido, concorda-se com Câmara Jr. (1985) quando afirma que a língua é, pois, um instrumento distinto da manifestação da cultura de um povo, enquanto conjunto das invenções humanas.

Nada obstante, é através da interação humana que surgem as relações sociais, como ponto de partida para reunir e integrar pessoas e grupos. São, portanto, em situações comuns do dia a dia que se formam as interconexões responsáveis pela aproximação de práticas comunicativas e a concepção social da realidade. Essas situações podem contribuir para que objetos, animais, plantas ou conceito sejam denominados num só território linguístico ou em vários, ligando-se, assim, à Onomasiologia, ocupando-se do valor semântico da língua e inserindo nela aspectos ideológicos, psicológicos e culturais. Nesse sentido, Biderman (2001, p. 179) afirma que:

[...] apesar de o léxico ser patrimônio da comunidade lingüística, na prática, são os usuários da língua - os falantes - aqueles que criam e conservam o vocabulário dessa língua [...] alterando as áreas de significação das palavras [...] o indivíduo gera a Semântica da sua língua.

Acatando a ideia de que a onomasiologia auxilia no estudo da língua, da cultura, das crenças, das moradias e dos costumes de um povo, enquadra-se, nesse grupo, o estudo dos nomes dos lugares, como reza a Toponímia, que 'se insere num

imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam' (DICK, 1994, p. 20). Nesse sentido, Dick (2003, p. 181) ainda completa:

[...] o estudo da toponímia representa mais do que a busca etimológica da origem dos nomes inscritos em um determinado código lingüístico, principalmente quando procuramos parâmetros para uma abordagem contrastiva e, assim, caracterizar as atividades de uma região e situá-las no tempo.

Para interpretar semanticamente os nomes dos lugares, pesquisadores de várias partes do mundo desenvolveram modelos taxionômicos no intuito de auxiliar o estudioso a compreender como os ambientes físico e social são refletidos na língua através dos topônimos. Dauzat (1926), por exemplo, discute a influência da Geografia física e humana em topônimos franceses, enquanto Vasconcellos (1931) preferiu considerar os topônimos portugueses em seções que as classificam conforme os nomes dos lugares catalogados por línguas, os modos de formação toponímica e categorias que se baseiam nas causas que os ocasionaram, como a flora, a fauna, a natureza do solo, a história e a religião. Fernandes (1941), por sua vez, propôs uma análise sob a égide da Onomatologia, na qual, segundo o autor, o estudo dos nomes dos lugares, terras e regiões se agrega a estudos de antropônimos, já que muitos topônimos de várias partes do mundo se constituem de nomes de pessoas.

Convém mencionar ainda a classificação de Backheuser (1952) que analisou os topônimos brasileiros por meio das categorias gramaticais (substantivo comum e abstrato, adjetivos) e estilísticas (antonomásia, pleonismo, metáfora). Dois anos depois, Stewart (1954) estabeleceu mecanismos de nomeação onomástica a que se referem os nomes descritivos, possessivos, incidentes, comemorativos, eufemísticos, fabricados, modificados, errôneos e de etimologias folclóricas. Enquanto Salajar-Quijada (1985) propôs uma categorização de topônimos considerando as questões morfológicas, de extensão, de localização, de aplicação e motivação, Dick (1989)

elaborou um modelo de análise dos topônimos por meio de taxionomias que os cataloga em dimensões relacionadas tanto ao ambiente físico quanto a aspectos sócio-histórico-culturais que envolvem o homem com apenas dezenove taxes, aprimorando, assim, a proposta de Stewart (1954), mas ampliando-o em 1992 para vinte e sete, dentre as quais onze englobam a dimensão física e dezesseis se inserem na perspectiva antropocultural.

Para a categorização dos topônimos pernambucanos, pretende-se usar o modelo de taxionomia encontrado em Dick (1992, p. 39-40), atualizado por Isquierdo (1996) e Francisquini (1998), com subclassificações e acréscimos de taxes. Com isso, os estudos toponímicos têm a finalidade de buscar origens de nomes de lugares, resgatando a história, quer cultural, geográfica ou social, registrando a preservação da memória de um povo ou região, o que possibilita às gerações futuras o conhecimento sobre a própria história.

3 Pernambuco: a história de um povo

A história do Estado de Pernambuco se confunde com a história do Brasil, haja vista o fato de os historiadores iniciarem os ensaios da história pernambucana a partir da chegada e da conquista portuguesa, preterindo o passado indígena e favorecendo a colonização europeia, como se observa em Andrade (2004).

Contudo, isso passou a ser refutado pelos auspícios da subsistência das marcas indígenas que, a despeito de elas serem dominadas, ainda resistem na vida e na cultura do Estado. Essas tradições passaram, inclusive, a ser recuperadas por meio da demarcação das terras de suas propriedades, valendo-se da Constituição de 1988. Para esses indígenas, essas terras foram açambarcadas pelos brancos desde o século XVI, quando houve os primeiros contatos dos índios com europeus.

A história menciona o período de 1491 e 1500, quando franceses, espanhóis e portugueses ultrapassam os oceanos em busca de terras ainda não exploradas. Pereira

da Costa (1985), por exemplo, cita franceses e bretões que, naquela época, negociavam com os indígenas das terras situadas nas proximidades da Foz do Rio São Francisco. Do lado da outra extremidade, o litoral pernambucano passou a ser cobiçado pelos europeus, principalmente os portugueses e franceses, por causa da madeira de boa qualidade que encontraram, o que fez com os lusos as nomeassem de *Capitanias Hereditárias* e, no caso da Capitania de Pernambuco, Carvalho (1999, p. 10) menciona que:

[...] a Capitania de Pernambuco foi doada por Duarte Coelho, um homem rico e experiente que já havia andado por terras portuguesas na África e na Índia. Chegou ao Brasil em 1535, estabelecendo-se, inicialmente, na região de Igarassu, onde fundou uma vila com esse nome.

Como os índios resistiram na entrega de suas terras aos portugueses e a tentativa de os escravizarem não ter dado certo, a mão-de-obra em Portugal ficou a cargo dos escravos negros, também resistentes aos maus tratos a que eram submetidos e acabam fugindo.

As fugas desses índios os levavam a quilombos de difícil acesso, como o *Quilombo dos Palmares*, localizado na Serra da Barriga, entre Alagoas e Pernambuco, que escondeu mais de 20.000 escravos fugidos e seus descendentes no final do século XVI, até Zumbi, o então líder desses quilombo, ser preso numa expedição e morto em 1694.

Foi no mesmo período em que Portugal e suas colônias estavam sob o domínio espanhol que os holandeses aliados aos lusos entraram, então, em conflito e levou os ricos comerciantes da Holanda a organizarem invasões às terras brasileiras, já colonizadas por Portugal e a grande produção açucareira dos pernambucanos fez que esses povos oriundos dos países baixos fossem bem-sucedidos em 1630, a começar pela conquista de Olinda e Recife, adentrando ao interior, até a chegada de Maurício de Nassau, para governar o Brasil. A esse respeito, Freire (1975, p. 12) menciona:

Dada a prosperidade alcançada por Pernambuco com a produção de açúcar, era natural que essa parte do Brasil atraísse como atraiu, no século XVII, a cobiça de uma Holanda então rival de Portugal e da Espanha. Por trinta anos, Pernambuco esteve sob o domínio holandês e durante oito, governou-o o Conde, que fez dessa parte do Brasil uma das terras americanas mais beneficiadas.

Os brasileiros, contudo, voltaram-se para os holandeses quinze anos depois, expulsaram-nos e o país passou a pertencer a Portugal, despertando, com isso, a ira de muitos dos já nativos, revoltando-os e os inspirando em grandes revoltas, entre elas a Revolução Pernambucana em 1817.

Vale salientar que, antes dessa revolução, D. João VI, já em terras brasileiras com sua Família Real, dividiu a Província de Pernambuco pela Comarca do Sertão de Pernambuco, chamando-a mais adiante de Comarca do São Francisco e pela Comarca de Alagoas, pois as comarcas da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, já haviam sido desmembradas, restando apenas Alagoas como pertencente a Pernambuco.

Cavalcanti (2009) menciona que a Comarca de Alagoas passou a ser província em 1824, por represália à Revolução Pernambucana, alterando a cartografia do Nordeste. Além disso, durante a Confederação do Equador, o Imperador D. Pedro I anexou a Comarca do São Francisco à província de Minas Gerais e à Bahia sob a liderança de Frei Caneca, permanecendo assim até a República e se mantendo até os dias atuais.

4 A toponímia em Pernambuco: estudos prévios e planejados

Partindo da ideia preconizada por Borba (1984, p. 07) de que a língua "traduz toda uma cultura, traduz todo um universo peculiar com suas implicações psicológicas e filosóficas que é preciso alcançar para enriquecimento da experiência", a proposta de compreender a motivação para a toponímia pernambucana parece bastante oportuna. Assim, convém expor um estado da arte sobre os estudos já consolidados sobre os

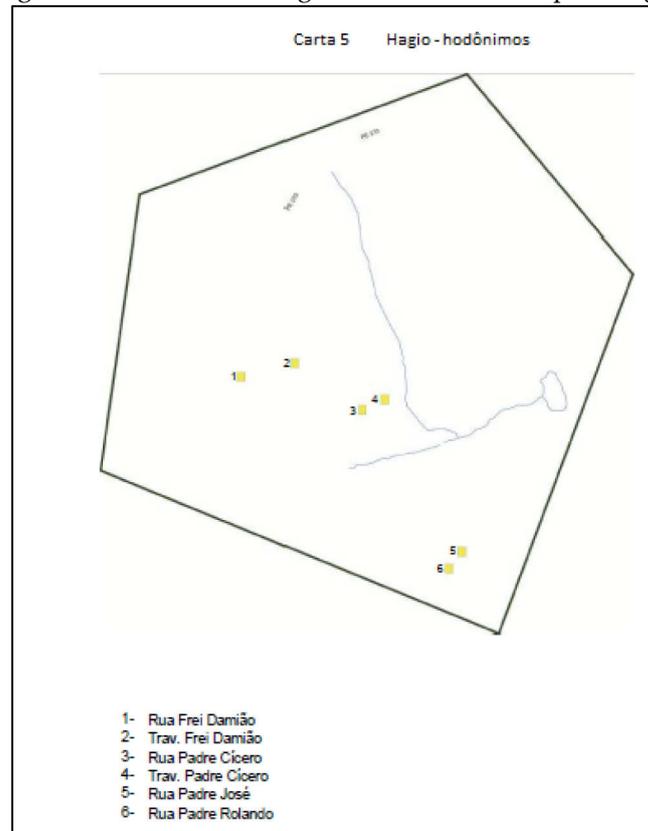
nomes dos municípios do estado 'onde o mar se arrebenta'. Em seguida, será apresentada uma análise preliminar acerca dos nomes dos municípios pernambucanos, adentrando numa proposta para construção do projeto do *Atlas Toponímico do Estado de Pernambuco (ATOEPE)*.

4.1 Os estudos de Toponímia em Pernambuco

Embora obras lexicográficas registrem grande parte dos itens lexicais que se agrupam na formação dos topônimos, unindo-se a produções que apresentam a história dos nomes de pessoas e de como elas inspiraram os nomes dos municípios, constam-se poucos trabalhos que discutam essa perspectiva no que concerne ao Estado de Pernambuco.

Já que o desejo de Nascentes (1958) de que o Brasil precisava ter seu atlas só se consolidou quase sessenta depois, não sem antes deixar claras as dificuldades de pesquisa, oferecendo como alternativa a construção de trabalhos menores, a situação com a Toponímia de Pernambuco parece não ter sido diferente. Por isso, acreditou-se que a alternativa inicial seria estruturar um trabalho de toponímia urbana como sugerido em Marcato (2009, p. 174) ao tratar da onomástica italiana, em que ela menciona o estudo dos nomes das vias, estradas, ruas, avenidas, caracterizando-os como *hodonímia*. Coube, então, a França (2010) o pioneirismo nos estudos nessa perspectiva, ao cartografar os hodônimos do município de Tupanatinga. O exemplo da figura 1 apresenta um dos cartogramas:

Figura 1 – Carta 5 com hagio-hodônimos de Tupanatinga.



Fonte: França (2010).

Ainda sobre a hodonímia, Serafim (2011) organizou 12 cartogramas acerca dos nomes das ruas de Arcoverde, enquanto Silva (2012) fez o mesmo trabalho com as ruas de Buíque e Ramos (2019) se encarregou do estudo sobre as ruas de Ibimirim e, nesses trabalhos, ficou comprovado que grande parte desses nomes foi inspirada em antigos moradores, constituindo, assim, antroponímicos.

Fonseca (2015) auxiliou nas motivações para a construção dos nomes ao publicar o livro *Pernambucânia*, no qual ele apresenta a origem e o significado dos nomes das cidades de Pernambuco, acrescentando histórias de tradição oral e apresentando minuciosos dados geográficos e históricos, baseados em fontes científicas e registros orais.

Lima (2011) fez um minucioso estudo sobre os nomes dos estados nordestinos e, ao tratar do topônimo *Pernambuco*, cita Sampaio (1987, p. 298), que afirma:

Paranã-mbuca, o furo ou entrada do lagamar; alusão à brecha natural do recife por onde o lagamar se comunica com o mar. O nome paranambuca era comum na costa do Norte, no trecho dela tomado pelos recifes, e o sentido que os índios lhe davam era o de furo, entrada, passagem natural aberta na muralha do recife. No tupi do Norte, no nheengatu, paranã-mbuca que quer dizer - jorro do mar -, alusão à embocadura por onde ele se escapa. Mui acertadamente escreve a propósito o autor do *Castrioto Lusitan*. frei Rafael de Jesus, ao tratar do Porto de Recife " ... uma abertura à qual os naturais chamam Pernambuco, que, em sua língua, é o mesmo que pedra furada ou buraco que fez o mar de que se forma a garganta da barra ... " O vocábulo paranã= pará-nã, traduz-se semelhante ao mar; é lagamar formado na junção dos rios Capiberibe e Beberibe; é o furo, a aberta, a quebrada.

Silva (2014) realizou trabalho sobre a *Toponímia afro-indígena do Vale do Ipojuca* a fim de identificar a motivação para criação de topônimos de possível origem indígena e africana no decorrer do Vale do Rio Ipojuca, ao qual pertencem os municípios de Ipojuca, Escada, Chã Grande, Gravatá, Bezerros, Caruaru, São Caetano, Tacaimbó, Belo Jardim, Sanharó, Pesqueira e Arcoverde. Segundo o autor, foram encontrados 70% de topônimos indígenas de origem tupi, enquanto os demais se enquadraram em topônimos africanos e de etimologia desconhecida, sendo, *in totum*, 52% de fitotopônimos e 33% de zootopônimos.

Souza e Cavalcanti (2017) cartografaram os topônimos do Ipanema pernambucano, registrando nomes dos municípios, bairros, sítios, fazendas e arruados, dialogando com Sartori (2010, p. 32) quando, em seu trabalho no sul do país, caracterizou a hodonímia como um microcosmo da toponímia, já que ela abrange "o conjunto dos nomes das ruas e praças e de todas as áreas de circulação de um centro urbano".

4.2 O projeto ATOEPE: pesquisa e planejamento cartográfico

A ideia de um projeto da toponímia estadual sob a égide da Geolinguística surgiu há algum tempo quando foram catalogados os 185 topônimos e, aguçados pela curiosidade em compreender a motivação para a escolha dos nomes dos municípios, Silva *et al.* (2019) acataram o desafio de completar a investigação sobre etimologia, as impressões censitárias e as histórias de tradição oral, favorecendo a classificação taxinômica de Pernambuco iniciada anos antes.

Após concluir a classificação das taxionomias dos municípios orientando-se na literatura da área, os pesquisadores fizeram uma separação e organizaram os topônimos em 10 cartogramas-base.

Para a construção do *Atlas Toponímico do Estado de Pernambuco (ATOEPE)*, foram planejados alguns subprojetos de menor domínio, envolvendo as mesorregiões do *Sertão Pernambucano*, do *São Francisco Pernambucano*, do *Agreste Pernambucano*, da *Mata Pernambucana* e da *Mesorregião Metropolitana do Recife*, cuja coleta de dados está em fase inicial de investigação.

De cada mesorregião serão catalogados os municípios para que sejam averiguados os nomes dos bairros, vilas, distritos, rios, portos, ilhas e serras, para que seja, assim, organizado o banco de dados do ATOEPE.

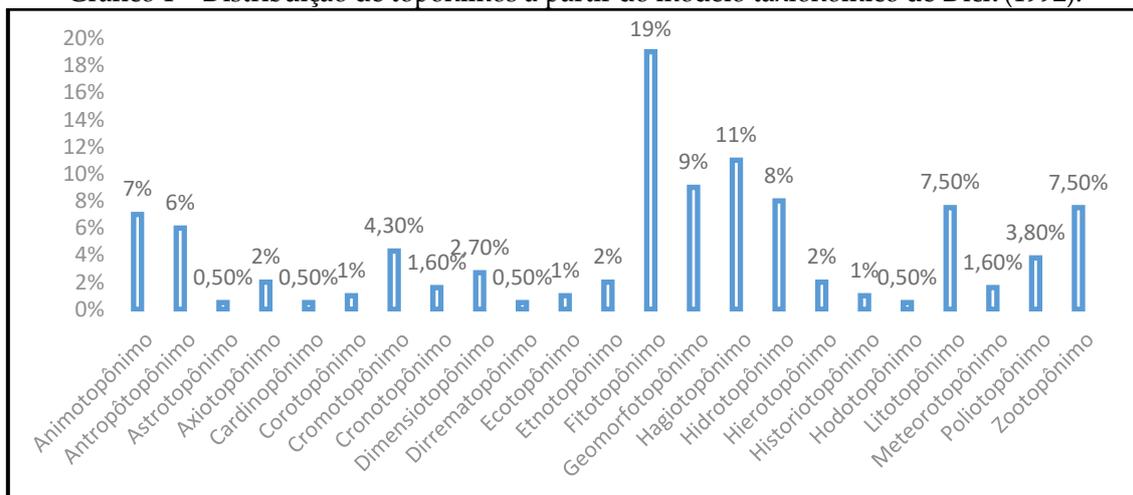
Após a organização desses dados, serão atualizadas as notas linguísticas e enciclopédicas das motivações para os topônimos de modo a favorecer a reclassificação nas taxionomias propostas por Dick (1989), Isquierdo (1996) e Francisquini (1998). Nesse sentido, serão organizadas fichas lexicográfico-toponímicas que contenham a localização, o topônimo, o acidente geográfico, o tipo de acidente, a classificação do topônimo, a etimologia e a entrada do topônimo, conforme sugerido no Projeto ATB (Atlas Toponímico do Brasil) e em outros projetos de atlas toponímicos estaduais.

A cartografia será organizada no programa de georreferenciamento e edição de dados georreferenciados *QGIS 2.8* (versão *Wien 2015/2016*), empregado para construção de mapas vetoriais.

5 Análise preliminar dos topônimos de Pernambuco

Com base no trabalho organizado por Silva *et al.* (2019), é possível refletir sobre a toponímia pernambucana, a partir dos cartogramas que os pesquisadores organizaram, separando os topônimos conforme o modelo taxionômico de Dick (1992) e atualizações posteriores, de modo que a análise se pautará nas taxes que registraram mais topônimos. No gráfico 1, é possível vislumbrar os percentuais da distribuição dos municípios nessas taxes.

Gráfico 1 – Distribuição de topônimos a partir do modelo taxionômico de Dick (1992).



Fonte: elaboração do autor.

Pelo gráfico, percebe-se que os percentuais maiores couberam aos *fitotopônimos*, que caracterizam 36 (trinta e seis) dos municípios pernambucanos, caracterizando uma influência significativa da nomenclatura vegetal, perfazendo 19% do total.

Dos *fitotopônimos*, pode-se citar o município de *Agrestina*. Em Houaiss *et al.* (2009), consta *agrestino*, que se origina de *agreste*, do latim *agrēstis* – do campo. A essa *taxe*, pertencem *Angelim*, do tâmil (língua falada na Índia e no Ceilão) *añjili* – árvore

leguminosa; *Catende*, conforme encontrado em Lopes (2012, p. 83), há duas versões quanto ao significado do nome *catende* – corruptela de *katendi*, do quicongo *caa tendi*, embora alguns etimólogos acreditem na etimologia indígena, *caa* – mato, *tendi* – baboso.

Fonseca (2015, p. 54) menciona a etimologia tupi para *Gravatá*, no sentido de planta espinhosa e para *Itaíba*, no sentido de planta de pedra. A origem indígena prevalece na etimologia de *Ouricuri*, com sentido de fruto do urucuriiba, uma palmeira típica da região. *Timbaúba*, por sua vez, segundo encontrado em Houaiss et al. et al. (*op. cit.*), vem do tupi *timbo'ïwa* - árvore da espuma.

Foram identificados, ainda, 21 *hagiotopônimos*, o que evidencia a influência cultural, com relação às crenças e tradições religiosas, totalizando 11% dos municípios pernambucanos.

Destacam-se com *hagiotopônimos* o município de *Nazaré da Mata*, que, segundo encontrado em Fonseca (*op. cit.*, p. 81), se refere à capela construída sob a invocação de Nossa Senhora de Nazaré e o município de *Terezinha*, que se origina da homenagem à santa padroeira da cidade, Santa Teresinha, devoção de Abílio Alves de Miranda, um dos fundadores.

O topônimo *Trindade* veio em substituição ao nome Espírito Santo, uma vez que o Divino Espírito Santo se constitui de uma das três pessoas da Santíssima Trindade. Em Ferreira (2010, p. 791) consta a etimologia oriunda do latim *trinitas* com o sentido de 'reunião de três' e traz como conceito o dogma cristão que proclama a união de três pessoas distintas, Pai, Filho e Espírito Santo, formando um só Deus. Já com relação ao topônimo *Glória do Goitá*, o IBGE menciona que a partir de 1760, com a construção de uma pequena casa de oração, a localidade passou a atrair muitos visitantes. Em pouco tempo, o núcleo transformou-se em povoado, denominando-se Glória do Goitá, nome da santa escolhida para a casa de orações e Padroeira da Cidade. A mesma plataforma informa que o termo Goitá advém do tupi *gua-ita*, que significa pedra da baixa.

Transparecendo a influência das formações geográficas, 9% dos municípios podem ser caracterizados como Geomorfotopônimos, sendo registrados 11 itens com essa taxa. *Altinho*, por exemplo, se constitui do nome de uma fazenda localizada num planalto de 600m. *Araripina* se refere à proximidade com a chapada do Araripe. *Chã Grande* se refere à localização do município num planalto. O termo, segundo encontrado em Houaiss *et al.* (2009), origina do latim *planus*, com igual sentido. Já o topônimo *Poço*, cuja etimologia advém do latim *putèus* – buraco, fossa, poço de mina, surgiu por iniciativa de padres que habitavam em uma fazenda onde havia um grande poço com águas muito limpas, como afirma Fonseca (2015, p. 91).

A capital do Estado, Recife, do árabe *arrasíf*, tem sentido de caminho pavimentado, parede de apoio, dique, muralha, cais, como encontrado em Marcena (2011, p. 818), que cita o topônimo como sendo uma formação rochosa, composta de arenito e coral, geralmente próxima à praia e que nos primórdios da colonização serviu de ancoradouro natural para as primeiras embarcações portuguesas atracarem no Porto da Nova Lusitânia.

6 Conclusão

O estudo toponímico de um estado da extensão de Pernambuco, não é tarefa fácil, considerando os seus quase 100.000 km² e 185 municípios. Isso significa que dados mais pormenorizados sobre outros topônimos relacionados a espaços mais específicos, contemplando fazendas, serras, sítios, rios, ruas e avenidas ainda demandará algum tempo.

Por ora, ao serem catalogados os nomes dos municípios, foi possível coletar alguns registros de ordem linguística e histórica, não eximindo as informações de tradição oral, como reza a metodologia de estudos de Toponímia, amalgamando as informações enciclopédicas às classificações taxionômicas.

A história de Pernambuco aponta dois grupos indígenas como habitantes do litoral no século XVI, os tabajaras e os caetés, que disputavam território, segundo descrito por Benjamin (2011, p. 12). Logo, a convivência com o colonizador e com o africano escravizado e seus descendentes gerou culturas híbridas que culminaram nos nomes das comidas, da flora e da fauna e até no nome de alguns objetos comuns. Em se tratando dos nomes dos lugares, a predominância de *fitotopônimos*, tanto de origem latina, como *Cedro*, quanto de origem indígena como *Capoeiras* e de outras ascendências linguística se manifesta pela extensão dos domínios morfoclimáticos, a cuja maioria pertence a caatinga ou depressão sertaneja, de acordo com Jatobá (2009, p. 24-25) e tem suas paisagens nomeadas a partir do povoamento com grande heterolexidade.

A análise permitiu catalogar os nomes dos municípios em outras taxionomias¹, que se distribuíram estatisticamente, quais sejam: vinte *hagiotopônimos*, o que evidencia a influência das crenças e tradições religiosas; dezessete *geomorfotopônimos*, transparecendo a influência das formações geográficas; quinze *hidrotopônimos*, inspirados nos acidentes hidrográficos; catorze *litotopônimos*, representando minerais e a constituição do solo; treze *animotopônimos*, caracterizando a vida psíquica e cultura espiritual; onze *antropotopônimos* relacionados a nomes próprios; dez *zootopônimos* fazendo referência à fauna, oito *cromotopônimos*, representando as escalas cromáticas e sete *poliotopônimos*, que classificam os lugares nomeados pela alusão à vila, aldeia, cidade, povoação e arraial.

Percebeu-se, então, que o pernambucano se vale da dimensão antropocultural para nomear os locais onde mora, vislumbrando as crenças e as leituras sensoriais e históricas, que se amalgamaram com o repertório linguístico, por isso se concorda com Antunes (2010, p. 215), quando afirma que o homem não é apenas usuário da língua,

¹ Houve outras taxionomias em que se classificam, no máximo, quatro topônimos e casos a que pertence apenas um topônimo. Porém, para que o trabalho não se tornasse exaustivo, optou-se por mencionar apenas a existência de taxionomias pertencentes a mais de quatro topônimos e deixar as demais para trabalhos posteriores.

mas “detém a prerrogativa de poder criar, de poder intervir na composição de seu léxico”.

Referências

ANDRADE, M. C. de O. **Pernambuco**: cinco séculos de colonização. João Pessoa, PB: Grafset, 2004.

ANTUNES, I. O léxico como componente fundamental da língua: implicações pedagógicas. In: COELHO, F. A.; SILVA, J. E. do N. **Ensino de língua portuguesa: Teorias e práticas** Rio de Janeiro: Editora, 2010.

ARAGÃO, M. do S. S. de. As relações língua, sociedade e cultura na linguagem popular do Ceará. **Revista de Letras**, v. 01, p. 96-102, 2013.

BACKHEUSER, E. Toponímia: suas regras, sua evolução. **Revista Geográfica**, Rio de Janeiro, v. IX-X, n. 25, 1952, p. 163-195.

BARBOSA, M. A. O léxico e a produção da cultura: elementos semânticos. I Encontro de Estudos Linguísticos de Assis. **Anais**. Assis; UNESP, 1993

BENJAMIN, R. **Cultura pernambucana**. São Paulo: Grafset, 2011.

BIDERMAN, M T. C. Fundamentos da Lexicologia. In: **Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 99 – 155.

BORBA, F. da S. **Introdução aos estudos lingüísticos**. São Paulo: Cultrix, 1984.

CÂMARA Jr., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985

CARVALHO, S. **Paisagens e história de Pernambuco**. São Paulo: Editora Habra, 1999.

CAVALCANTI, C. B. **Os pioneirismos de Pernambuco**. Recife: Edições Bagaço, 2009.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux: origine et évolution**. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DICK, M V. P. A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2ª ed. São Paulo: USP, 1989.

DICK, M V. P. A. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. 3ª ed. São Paulo: USP, 1992. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i56p180-191>

DICK, M. V. P. A. Aspectos de Etnolingüística - A Toponímia carioca e paulistana - Contrastes e Confrontos. **Revista USP**, São Paulo, n. 56, p. 180-191, 2003.

DICK, M.V. P. A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1994.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 2007.

FERNANDES, I. X. **Topónimos e gentílicos**. Porto: Educação Nacional, 1941.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio**. 5.ª ed., Curitiba: Melhoramentos, 2010.

FONSECA, H: **Pernambucânia: O que há nos nomes das nossas cidades**. Recife: CEPE, 2015.

FRANÇA, A. M. de S. **Atlas hodonímico de Tupanatinga (ATHOTUP)**. Monografia de Especialização (Língua Portuguesa e suas literaturas). Centro de Ensino Superior de Arcoverde - CESA, Arcoverde, 2010.

FRANCISQUINI, I. de A. O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranaíba. **Dissertação de Mestrado**. Londrina: UEL, 1998.

FREIRE, G. A Importância da Cana de Açúcar na Formação Histórica de Pernambuco. *In: FREIRE, G. et al.* **Curso de história de Pernambuco**. Recife: Oficinas Gráficas do Colégio e Curso Radier, 1975.

HOUAISS, A. *et al.* **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ISQUERDO, A. N. **O fato lingüístico como recorte da realidade sócio-cultural**. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1996.

JATOBÁ, L. As condições geológicas. *In: ANDRADE, M. C.de.* **Geografia de Pernambuco: ambiente e sociedade**. São Paulo: Grafset, 2009.

LIMA, J. A. S. Topônimos dos estados nordestinos brasileiros. **Cadernos do CNLF**, Vol. XV, Nº 5, t. 3. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011.

LOPES, N. **Novo dicionário bantu do Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

MARCATO, C. **Nomi di persona, nomi di luogo**: introduzione all'onomastica italiana. Bologna: il Mulino, 2009.

MARCENA, A. **Dicionário da diversidade cultural pernambucana**. 2ª edição. Recife: CEL, 2011.

NASCENTES, A. **Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC, Casa de Rui Barbosa, Vol. I, 1958.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Anais pernambucanos, 1834 -1850**. Recife: Fundarpe, 1985.

RAMOS, E. B. **A toponímia das ruas de Ibimirim-PE**. Monografia de Especialização (Língua Portuguesa e suas literaturas). Centro de Ensino Superior de Arcoverde - CESA, Arcoverde, 2019.

SALAZAR-QUIJADA, A. **La Toponímia en Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.

SAMPAIO, T. **O tupi na geografia nacional**. 5.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

SARTORI, T. O. **Ruas de minha cidade: um estudo hodonímico**. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade). Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, 2010.

SERAFIM, P. da S. **Estudo toponímico de algumas ruas de Arcoverde (PE): taxinomias e cartogramas**. Monografia de Especialização (Ensino de Língua Portuguesa). Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2011.

SILVA, M. V. B. da. **Análise dos antropônimos nas ruas de Buíque (PE)**. Monografia de Especialização (Ensino de Língua Portuguesa). Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2012.

SILVA, S. C. da. **Toponímia Afro-Indígena do Vale do Ipojuca**. Dissertação de Mestrado (Letras). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SILVA, V. M. da *et al.* **Cartografia dos Topônimos de Pernambuco**. Monografia de Especialização (Língua Portuguesa e suas literaturas). Centro de Ensino Superior de Arcoverde - CESA, Arcoverde, 2019.

SOUZA, E. R. R. de; CAVALCANTI, S. M. D. **Descrição cartográfico-analítica dos topônimos do Ipanema Pernambucano**. Monografia de Especialização (Língua Portuguesa e suas literaturas). Centro de Ensino Superior de Arcoverde - CESA, Arcoverde, 2017.

STEWART, G. R. **A classification of place names**. Names, Beckerley, v. II, n. 1, p. 1-13, mar. 1954. DOI <https://doi.org/10.1179/nam.1954.2.1.1>

THUN, H. Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los montevidéanos em Rivera. *In*: RADTKE, E.; THUN, H. Neue Wege der romanischen Geolinguistik: **Akten des Symposiums zur Empirischen Dialektologie** (Heidelberg/Mainz 21.-24.10.1991) Kiel: Westensee-Verl, 1996.

VASCONCELLOS, J. L. **Opúsculos: Onomatologia**, vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

Artigo recebido em: 02.07.2020

Artigo aprovado em: 24.09.2020